STJ00112352

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
FLAVIA DA SILVA XAVIER

MANUAL DOS RECURSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

6ª EDIÇÃO
Revista e Atualizada

Prefácio
MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Apresentação
MINISTRO NEFI CORDEIRO

Alteridade
Curitiba - 2017

STJ00112352

Alteridade
editora

Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Joyciane Bezerra de Menezes
Jorge Renato Reis
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

S265

Savaris, José Antonio
Manual dos recursos nos juizados especiais federais / José Antonio Savaris, Flavia da Silva Xavier - 6.ed. rev. atual. – Curitiba: Alteridade Editora, 2017.
570p.: il.; 23cm

ISBN 978-85-65782-18-0

1. Juizados especiais federais. 2. Recursos (Direito). I. Xavier, Flavia da Silva. II. Título.

CDD 347.04 (22. ed)
CDU 347.9

Catalogação: Mª Isabel Schiavon Kinasz
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow
Elementos gráficos Freepik.com utilizados na capa.

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas 33

Parte I – INTRODUÇÃO AOS RECURSOS CÍVEIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Capítulo 1 – ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS 37

1.1 Conceito e natureza jurídica do recurso 38

1.2 - Fontes normativas dos recursos nos Juizados Especiais 40

1.3 - Constituição da República como fundamento do sistema recursal 42

1.4 - Fontes normativas dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais 45

1.4.1 - Aplicação subsidiária do CPC 47

1.4.1.1 - Aplicabilidade do novo CPC nos Juizados Especiais Federais 58

1.4.1.1.1 - Contagem dos prazos processuais em dias úteis 59

1.4.1.1.2 - Suspensão do curso do prazo processual para férias 60

1.4.1.1.3 - Supressão de instância, conhecimento de questões novas e "não surpresa" 61

1.4.1.1.4 - A flexibilização do prequestionamento para os recursos extraordinários 62

1.4.1.1.5 - A integração da decisão colegiada pelo voto vencido, para fins de prequestionamento 63

1.4.1.1.6 - Embargos de declaração sem efeito suspensivo, mas interrompendo prazo para outros recursos 64

1.4.1.1.7 - Ônus recursal de impugnação específica 65

1.4.1.1.8 Padrões argumentativos decorrentes do dever de fundamentação 65

1.4.1.1.9 - Relativização de formalidades recursais 67

1.5 - Princípios informadores do sistema recursal brasileiro 69

1.5.1 - Princípio da proibição da *reformatio in pejus* 69

1.5.2 - Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias 70
1.5.3 - Princípio da taxatividade dos recursos 71
1.5.4 Princípios da singularidade e da correlação do recurso 73
1.5.5 - Princípio da fungibilidade dos recursos 76
1.6 Princípios dos Juizados Especiais Federais 79
1.6.1 Princípio da oralidade 79
1.6.2 - Princípio da simplicidade 82
1.6.3 Princípio da informalidade 84
1.6.4 - Princípio da economia processual 86
1.6.5 - Princípio da celeridade 87
1.7 - Aplicabilidade dos princípios do sistema recursal nos Juizados Especiais 89
1.8 - Pressupostos de admissibilidade dos recursos em geral 90
1.8.1 - Cabimento do recurso 91
1.8.2 - Legitimação para recorrer 92
1.8.3 - Interesse recursal 93
1.8.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 96
1.8.5 - Tempestividade, regularidade formal e preparo 96
1.8.6 - Pertinência material do recurso em relação à decisão 98
1.9 - Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 99
1.10 Efeitos dos recursos 101
1.11 - Classificação dos recursos 104
1.12 - Recurso adesivo – cabimento nos Juizados Especiais 106
1.13 - O novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 108
1.13.1 - Pressupostos para o cabimento do incidente de resolução de demandas repetitivas 111
1.13.2 - Suspensão dos processos que versem idêntica questão de direito 111
1.13.3 Admissão, instrução e julgamento do incidente no Tribunal 113
1.13.4 Efeitos do julgamento 115
1.13.5 - Constitucionalidade da sistemática, ao abranger os Juizados Especiais 116
1.13.6 - Nova arena de uniformização para os Juizados Especiais Federais 122
1.13.7 - Eficácia do novo mecanismo para redução de demandas previdenciárias 125
1.13.7.1 - A problemática do tempo para o julgamento do incidente 126
1.13.7.2 - A problemática da postura da Administração Pública Previdenciária 128

STJ00112352

Capítulo 2 ÓRGÃOS COLEGIADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 131

2.1 - Turmas Recursais 131

2.1.1 - Composição das Turmas Recursais 132

2.1.2 - Competência das Turmas Recursais e atribuição dos magistrados integrantes 135

2.2 - Turmas Regionais de Uniformização 138

2.2.1 - Composição das Turmas Regionais de Uniformização 140

2.2.2 - Competência das Turmas Regionais de Uniformização e atribuição dos magistrados integrantes 142

2.3 - Turma Nacional de Uniformização 144

2.3.1 - Composição da Turma Nacional de Uniformização 144

2.3.2 - Competência da Turma Nacional de Uniformização e atribuição dos magistrados integrantes 146

2.3.3 - Competência do Presidente da Turma Nacional de Uniformização 148

Parte II – FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS

Capítulo 3 – RECURSO CONTRA SENTENÇA 153

3.1 Legitimidade para recorrer 156

3.2 - Interesse recursal 157

3.3 - Prazo de interposição 158

3.4 - Forma de interposição e preparo 159

3.5 - Representação por advogado 161

3.6 - Efeitos da interposição do recurso contra a sentença 163

3.6.1. Juízo de retratação 165

3.7 - Limites do conhecimento pela instância *ad quem* 166

3.8 - A ausência de reexame necessário 169

3.9 - A técnica da motivação por remissão e o dever de fundamentar as decisões judiciais 170

3.9.1 - Simplicidade, celeridade e informalidade nos Juizados Especiais e o dever de fundamentação 174

3.10 - Decisão monocrática do relator 176

3.11 - Condenação no pagamento das verbas de sucumbência 177

Quadro Sinóptico: Recurso contra sentença 184

Capítulo 4 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 185

4.1 - Hipóteses de cabimento 185

4.2 Obscuridade da decisão 189

4.3 - Contradição - interna do julgado 190

4.4 - Omissão na decisão 191

4.4.1 - Enfrentamento de todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador 193

4.5 - Erro material e erro de fato 197

4.6 - Prazo e forma para interposição 200

4.7 Legitimidade e interesse para embargar 201

4.8 - Cabimento dos embargos de declaração contra decisão interlocutória 202

4.9 - Embargos de declaração e decisão monocrática em órgãos colegiados 203

4.10 - Interrupção do prazo para interposição de recurso 206

4.11 - Atribuição excepcional de efeito infringente 210

4.12 - Embargos de declaração e prequestionamento 212

4.12.1 Embargos de declaração e a suficiência do prequestionamento ficto 213

4.12.2 - Embargos de declaração e tese inovadora 216

4.13 - Anulação de acórdão omisso e o prequestionamento ficto 218

Quadro Sinóptico: Embargos de declaração 220

Capítulo 5 – RECURSO CONTRA DECISÃO QUE APRECIA TUTELA DE URGÊNCIA 221

5.1 - Pressupostos de cabimento 223

5.1.1 Prazo para interposição 223

5.1.2 - Legitimidade recursal 224

5.2 - Medida cautelar ou tutela antecipada concedida em sentença 225

5.3 Juízo de retratação 227

Quadro Sinóptico: Recurso contra decisão que aprecia tutela de urgência 228

Parte III – FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS

Capítulo 6 – INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS GERAIS DE CABIMENTO 231

6.1 - A função paradigmática dos incidentes de uniformização no sistema recursal dos Juizados Especiais 233

6.2 - Pressupostos gerais de cabimento dos incidentes de uniformização 239
6.2.1 - Legitimidade para interposição dos incidentes de uniformização..... 240
6.2.2 - Interesse recursal e a necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos da decisão recorrida 240
6.2.3 Prazo de interposição dos incidentes de uniformização 243
6.2.4 - A divergência na interpretação acerca de questões de direito material 245
6.2.4.1 Atualidade da divergência na interpretação da lei federal 247
6.2.4.2 - Configuração da similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e o acórdão paradigma 249
6.2.5 - Decisão proferida por Turmas Recursais..... 253
6.2.6 - Interpretação da lei em questões de direito material 254
6.2.6.1 - Questões de fato, reexame de prova e nova qualificação jurídica da prova 254
6.2.6.2 - Incidente de uniformização e erro evidente de turma recursal na apreciação da prova 263
6.2.6.3 - Impossibilidade de discussão de matéria processual 264
6.2.6.4 - Análise de questão de fato pela própria turma de uniformização após a definição da tese aplicável 273
6.2.7 - Prequestionamento do tema, ainda que via embargos declaratórios 278

Capítulo 7 OUTRAS CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO 283

7.1 Efeitos da interposição do incidente de uniformização 283

7.2 - Efeitos da decisão proferida em incidente de uniformização..... 286
7.2.1 - Efeito interno da decisão uniformizadora..... 286
7.2.2 - Efeito externo da decisão uniformizadora..... 288

7.3 Interposição simultânea de incidentes de uniformização..... 294

7.4 - Juízo de admissibilidade e agravo da decisão de não admissão 297

7.5 Limites de devolução dos incidentes de uniformização..... 302

7.6 Retenção de incidentes de uniformização idênticos..... 303

7.7 - Juízo de adequação e juízo de retratação do julgado 307

7.8 - Decisão monocrática em incidentes de uniformização..... 309

Capítulo 8 INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO EM ESPÉCIE 313

8.1 Incidente de uniformização regional 313
8.1.1 Requisito específico positivo: a divergência entre turmas recursais da mesma região 314

8.1.2 - Requisito específico negativo: ausência de alinhamento do acórdão recorrido a súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU.....315
8.1.3 - Relação do pedido de uniformização regional com o incidente de resolução de demandas repetitivas.....316
Quadro Sinóptico: Incidente de Uniformização Regional.....318
– Roteiro para interposição do recurso..... 320
Roteiro para análise da admissibilidade..... 325
– Roteiro ilustrado do recurso..... 329
8.2 Incidente de uniformização nacional..... 339
8.2.1 - Pressupostos específicos do incidente de uniformização nacional 340
8.2.1.1 - Divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões..... 340
8.2.1.2 - Contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU..... 341
8.2.2 - Juízo de adequação pela turma de origem..... 344
8.2.3 Relação do pedido de uniformização nacional com o incidente de resolução de demandas repetitivas 346
Quadro Sinóptico: Incidente de Uniformização Nacional..... 348
– Roteiro para interposição do recurso..... 350
– Roteiro para análise da admissibilidade..... 354
Roteiro ilustrado do recurso..... 358
8.1.3 - Incidente de uniformização para o Superior Tribunal de Justiça 365
8.1.3.1 - Amparo constitucional do incidente de uniformização dirigido ao STJ..... 365
8.1.3.2 Pressupostos específicos de cabimento..... 366
8.1.3.2.1 Contrariedade de decisão da TNU a tese firmada em IRDR..... 368
8.1.3.3 - Efeito externo do incidente de uniformização dirigido ao STJ 369
8.1.3.4 - Processamento do incidente de uniformização dirigido ao STJ 370
Quadro Sinóptico: Incidente de Uniformização Dirigido ao STJ..... 372
– Roteiro para interposição do recurso.....374
Roteiro para análise da admissibilidade..... 377
– Roteiro ilustrado do recurso..... 380
8.1.4 - Consulta em questão de direito processual..... 386

Capítulo 9 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO 393
9.1 - Pressupostos de cabimento..... 394
9.1.1 A ofensa direta ao texto constitucional 396
9.1.2 - O esgotamento das vias recursais ordinárias 398

STJ00112352

9.1.3 - O prequestionamento da questão constitucional na decisão recorrida... 400
9.1.4 - A repercussão geral da questão constitucional discutida no recurso 401
9.2 - Juízo de admissibilidade e sua impugnação 403
Quadro Sinóptico: Recurso Extraordinário 406
Sinopse: Agravos no sistema recursal dos Juizados Especiais Federais 409
Sinopse: Decisões irrecorríveis nos Juizados Especiais Federais 419

Parte IV – OUTRAS FORMAS IMPUGNATIVAS DE DECISÕES NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Capítulo 10 – MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS 429
10.1 - Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional 430
10.2 - Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais 433
10.3 - Competência do mandado de segurança contra ato de juiz do juizado especial federal 439
10.4 - Procedimento do mandado de segurança nas turmas recursais 442
10.5 - Impugnação de decisão da turma recursal em sede de mandado de segurança 443
10.6 - Correição parcial no âmbito dos Juizados Especiais 444

Capítulo 11 – O INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO 447
11.1 - Hipóteses de cabimento de Reclamação no novo CPC 448
11.2 - Processamento da Reclamação no Tribunal 451
11.3 - A Reclamação no sistema dos Juizados Especiais Federais 451
11.3.1 - Reclamação dirigida à Turma Nacional de Uniformização 452

Capítulo 12 – A REVISÃO DA COISA JULGADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS 455
12.1 - A vedação da ação rescisória como restrição ao direito fundamental a um processo justo 456
12.1.1 - O direito fundamental a um processo justo 457
12.1.2 - Direitos fundamentais como princípios 461
12.1.3 - Categorização das restrições segundo sua previsão constitucional 464

12.1.4 Colisão de direitos fundamentais a ponderação dos valores envolvidos no caso concreto 466
12.1.5 - Proporcionalidade como passo fundamental à análise da legitimidade da restrição 469
12.1.5.1 A máxima da adequação ou conformidade 471
12.1.5.2 A máxima da necessidade da medida restritiva 472
12.1.5.3 A máxima da proporcionalidade no sentido estrito 473
12.1.5.4 A preservação do núcleo essencial do direito fundamental 474
12.1.6 - A restrição ao uso de ação rescisória nos Juizados Especiais *vis-à-vis* ao direito fundamental à proteção judicial 478
12.2 - Quebra da coisa julgada nos Juizados Especiais 480
12.3 - DA AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO . 483
Capítulo 13 AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA JURÍDICA 485
13.1 - Contornos para identificação de sentença juridicamente inexistente 487
13.2 - Meios de impugnação de sentença juridicamente inexistente 489

Parte V – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS

Capítulo 14 RECURSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS 495
14.1 - Recurso de Apelação 496
14.2 - Embargos de Declaração 499
14.3 - *Habeas Corpus* 501
14.4 - Revisão Criminal 505

Apêndice

LEI 10.259, DE 12.07.2001 511
RESOLUÇÃO/CJF 345, DE 02.06.2015 517
Regimento Interno Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais 518
RESOLUÇÃO/CJF 347, DE 02.06.2015 537
SÚMULAS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO 543
QUESTÕES DE ORDEM DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO 553
REFERÊNCIAS 561